



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional

Sub-eixo: Fundamentos do Serviço Social

**ANTICAPITALISMO, QUESTÃO SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: UNIDADE,
DIVERSIDADE E TENDÊNCIAS NO BRASIL E ANGOLA**

**AMOR ANTÔNIO MONTEIRO
JOSÉ FERNANDO SIQUEIRA DA SILVA
MARIA CARMELITA YAZBEK
RAQUEL RAICHELIS DEGENSZAJN
TÂNIA MARIA RAMOS DE GODOI DINIZ**

RESUMO

Esse texto tem como objetivo apresentar o estágio de desenvolvimento do subprojeto de pesquisa que integra a pesquisa em rede: “O Serviço Social na história: questão social, movimentos sociais e lutas sociais na América Latina e Europa (1960-2020)”. Pretende expor os principais eixos teóricos que sustentam a análise do objeto, bem como os caminhos de construção da pesquisa empírica.

Palavras-chave: Serviço Social; questão social; anticapitalismo; Brasil; Angola.

ABSTRACT:

This text aims to present the development stage of the research subproject that integrates the network research: “Social Service in history: social issue, social movements and social struggles in Latin America and Europe (1960-2020)”. Intends to expose the main theoretical axes that support the analysis of the object, as well as the paths of construction of the empirical research.

Keywords: Social Work; social issue; anti-capitalism; Brazil; Angola.

INTRODUÇÃO

Nesse texto, que integra a pesquisa internacional e interinstitucional denominada “O Serviço Social na história: questão social, movimentos sociais e lutas sociais na América Latina e Europa (1960-2020)”, apresentamos reflexões acumuladas no processo investigativo, referidas ao subprojeto “Anticapitalismo e Serviço Social: unidade, diversidade e tendências no Brasil e Angola”.

A pesquisa insere-se no esforço teórico e político para conferir centralidade à história, seus sujeitos coletivos e suas lutas, e contribuir para a explicitação dos movimentos de continuidade/ruptura que acompanham o Serviço Social na superação do conservadorismo profissional, considerando as bases de legitimidade da profissão junto aos movimentos sociais e segmentos sociais usuários dos serviços sociais. Tais esforços se pautaram na apropriação das dinâmicas societárias que configuram o Serviço Social no âmbito das relações sociais contraditórias entre as classes sociais e o Estado capitalista, em diferentes estágios do desenvolvimento das forças políticas no Brasil e Angola.

No caso do Brasil, essa dinâmica societária deve ser remetida ao movimento de renovação crítica que deu origem ao ‘projeto ético-político profissional’, em sua vertente de intenção de ruptura, nos termos de Netto (1991), movimento original e sem paralelo na história recente da profissão na América Latina e em outros continentes. Já em relação à Angola, cuja institucionalização da profissão só veio a acontecer no início da década de 1960, sob influxos conservadores para travar os ventos de emancipação política, o Serviço Social que se cria neste país não deixou de incorporar o debate que o Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina trazia sob a denominação de Serviço Social Crítico, com significados diversos que precisam ser apropriados.

Para o desvendamento teórico e político desse processo investigativo, o caminho escolhido foi o de buscar explicitar as tendências anticapitalistas presentes no Serviço Social, em distintas conjunturas que, em nosso entendimento, forjaram as bases teórico-metodológicas e ideopolíticas que sustentaram perspectivas de ruptura com o conservadorismo profissional. Nessa direção, localizamos nas tendências anticapitalistas, em toda a sua diversidade e heterogeneidade, a expressão de uma possível unidade que animou (anima) e alimentou (alimenta) o projeto ético-político profissional, prevalentemente no campo da pluralidade marxista, aproximando o Serviço Social e a categoria profissional das lutas sociais das classes subalternas, em diferentes conjunturas sociopolíticas e distintos contextos históricos.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Tendo como objeto da pesquisa a análise crítica do anticapitalismo em suas diferentes matrizes teóricas, para explicar suas múltiplas e ambivalentes formas de expressão, seus diferentes traços empíricos, seus significados ideopolíticos acoplados a distintas, e por vezes antagônicas, visões sociais de mundo, elencamos como objetivo: mapear e analisar concepções e práticas anticapitalistas presentes no Serviço Social brasileiro e angolano, preferencialmente no campo da pluralidade marxista, buscando identificar elementos que expressem unidade teórica e ideopolítica e, assim, possam contribuir para fortalecer um projeto radicalmente crítico, democrático e emancipatório no Serviço Social.

A partir dessas reflexões, confrontamo-nos com algumas indagações: Como lidar com a pluralidade de significados, conceituações e visões sociais de mundo anticapitalistas, remetidas a distintas e, por vezes, excludentes matrizes teórico-metodológicas e ideopolíticas, nem sempre explicitadas pelos sujeitos e coletivos que as adotam? O que é ser anticapitalista no capitalismo do século XXI, considerando que as lutas anticapitalistas são aquelas que confrontam a ordem do capital? Se o anticapitalismo foi o eixo impulsionador da crítica ao conservadorismo profissional, como restringir essa discussão à hegemonia do campo marxista, o que aconteceu no Brasil, mas certamente não em Angola e em outros países e continentes? Quais são os desafios que envolvem a busca de unidade teórica e política no campo plural das propostas e lutas anticapitalistas?

São vários os desafios que envolvem a busca da unidade teórica e política no campo plural das lutas anticapitalistas, nos seus significados, conceituações e visões de mundo. Assim, sem desconsiderar períodos históricos anteriores que compuseram o cenário do processo de institucionalização e desenvolvimento da profissão, será no marco das tendências que fecundam as ações profissionais desde a década de 2000 até 2020, que se estabelecerá o lapso temporal da pesquisa, que pretende identificar visões sociais de mundo anticapitalista presentes no Serviço Social, no Brasil e em Angola. Caracteriza-se esse período pela intensificação das discussões acerca da formação e trabalho profissional, face às indagações sobre as condições sociais e políticas de sua efetividade e frente à racionalidade neoliberal conservadora que rege o processo de produção e reprodução da acumulação capitalista dependente e periférica em ambos os países.

A investigação está sendo construída com base em pesquisa bibliográfica sobre conteúdos que associem a leitura da questão social brasileira e angolana às lutas anticapitalistas em face de suas refrações, com o objetivo de construir um quadro conceitual de referência a ser alimentado durante todo o processo de pesquisa. Será realizada também pesquisa de campo, por meio de grupos focais e outras técnicas de coleta de dados a serem mais bem avaliadas, com grupos/coletivos do Serviço Social brasileiro e angolano, com o objetivo de identificar se e como a



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

visão social de mundo anticapitalista se apresenta nas pautas, nas práticas profissionais e nas lutas desses espaços político-profissionais.

Nesta comunicação, apresentamos o resultado de estudos bibliográficos realizados no campo da teoria social marxista pelo grupo de pesquisadoras(es) até o presente momento, organizado em duas seções, além desta introdução e nota final. Na primeira seção, problematizamos o objeto em torno de três eixos teóricos – questão social e Serviço Social; Serviço Social e seu movimento na história; e polêmicas teóricas em torno do anticapitalismo. Na segunda seção, destacamos expressões de movimentos anticapitalistas progressistas e nacionalistas, nas dinâmicas societárias latino-americana e africana, sob as marcas de um capitalismo tardio, dependente e subordinado, de superexploração da força de trabalho, nos termos de Marini (1973), destacando os desafios que se apresentam para avançar em direção a uma perspectiva de radicalização democrática e emancipatória. Na finalização do texto reafirmamos as implicações políticas do trabalho profissional e os desafios e possibilidades de contribuições que se apresentam para a categoria de assistentes sociais para fazer avançar pautas de lutas de coletivos e movimentos sociais sob perspectivas anticapitalistas.

2 PROBLEMATIZANDO O OBJETO E SEUS EIXOS TEÓRICOS

a) Questão social e Serviço Social

Inicialmente, o debate sobre o que tem sido denominado questão social, torna-se relevante para orientar reflexões no campo anticapitalista se: 1) o conteúdo que a explica, que lhe dá sentido, for extraído e reconstruído a partir de determinações objetivas relativas a um tempo histórico preciso, ou seja, a partir de uma base material que sustenta a produção e a reprodução dos sujeitos sociais na história (Iamamoto, 2007 e 2021), de suas reais necessidades, de suas lutas e resistências; 2) expressar em toda a sua inteireza e contradição tensão anticapitalista concreta capaz de orientar a articulação entre problemas genuinamente humanos e lutas reais por níveis crescentes de emancipação política e humana que se voltem contra o capital e o capitalismo (Marx, 2009), ou que, pelo menos, contenham uma potência capaz de desenvolver-se nessa direção.

Assim, nosso pressuposto é que a questão social vincula-se a um duplo processo: de um lado, à lei geral da acumulação capitalista (Marx, 2013), nas condições objetivas em que se desenvolve na segunda metade do século XIX, considerando a acumulação primitiva intensificada



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

a partir do século XVI, com o mercantilismo e o processo de erosão da ordem feudal. E, simultaneamente, às diferenciações entre a revolução burguesa europeia – ‘a via clássica’ – e o processo de constituição do capitalismo dependente nos países latino-americanos (incluindo o Brasil) e africanos (incluindo Angola), que carregam o legado do colonialismo e do escravismo e seus entrelaçamentos nas relações de classe, gênero, raça, etnia, entre outros marcadores de subalternidade social

O capitalismo, a partir da segunda metade do século XVII, em sua fase concorrencial, reorganizou o processo de acumulação, centralizando-o fundamentalmente na venda de força de trabalho no espaço das fábricas – nisso a extração da mais-valia (como trabalho realizado e não remunerado – Marx, 2013) – base da expropriação, da apropriação privada da riqueza socialmente produzida e da propriedade privada dos meios de produção. A tendência relativa de crescimento do capital constante (destinado aos meios de produção) em relação ao capital variável (utilizado na reprodução da força de trabalho), que constitui a composição orgânica do capital (Marx, 2013) gera, com o avanço da acumulação, uma diversa e importante superpopulação relativa, a partir daqueles (as) trabalhadores (as) que sobrevivem ao circuito emprego/desemprego, suas frações mais expostas, empregadas parcialmente/precariamente ou descartadas permanentemente, nisso a formação do exército industrial de reserva.

O pauperismo (relativo e absoluto), intrínseco à crescente acumulação de capital, não isento de um rico campo de mediações (Marx, 1989), orienta o sentido exato do que se entende por questão social, inicialmente reconhecida pela burguesia inglesa como um conjunto de ‘problemas sociais’ a partir da segunda metade do século XIX (Marx, 2010).

A transição do século XIX para o século XX impôs outro fluxo de transformações globais. A primeira grande crise de acumulação de capital da era industrial (1873-1896), alimentada por revoltas operárias, gerou uma forte reorganização produtiva, que fez a transição do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista. Essa fase de acumulação em torno dos monopólios fundiu o capital industrial e bancário (como capital financeiro), capturou organicamente os Estados nacionais, redefiniu o papel dos fundos públicos no desenvolvimento capitalista e na gestão da questão social (no processo de luta de classes) e rearmou o antigo colonialismo, como neocolonialismo, exportando capitais adicionais utilizados para modernizar ex-colônias e expandir os interesses imperialistas.

A América Latina (do Sul e Central), o Caribe e a África, em diferentes medidas, como integrantes da periferia do capital, reatualizaram sua inserção subordinada na divisão internacional do trabalho, reorganizando-se a partir do legado colonial (com desigualdades



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

internas), em tempos imperialistas-monopolistas (Lenin, 2008; Hobsbawn, 1988).

Nesses termos indaga-se: o que é essencial para analisar concretamente o desenvolvimento desigual e combinado dessas regiões? Nos limites desse texto, breves considerações podem ser apontadas.

Nas sociedades latino-americanas, a trajetória colonial e a revolução burguesa efetivamente nelas realizadas, gerou certo tipo de desenvolvimento desigual-combinado bastante heterogêneo (Oliveira, 2020), baseado em um tipo de modernização conservadora bastante diversa por toda a região (submetido ao lugar destas nações no mercado mundial)¹. Isso imprimiu marcas peculiares dessa formação social nas classes sociais que ali se constituíam, com elites desconectadas da realidade nacional nessas nações, voltadas para fora, pouco ou nada comprometidas com as demandas internalizadas dos países (Fernandes, 2009). A questão social e suas refrações, as formas de lidar com elas, adquirem um perfil particular que precisa ser elucidado e que amplia modos particulares de opressão que constituem a essência da realidade social, tendo como referência as determinações atuais da ordem do capital impostas à periferia e objetivadas sob suas condições.

A África, por sua vez, não escapa dessa dinâmica produzindo, na sua ampla diversidade, contextos muito específicos. A maior parte dos países africanos é dependente, periférico e está inscrito na tradição colonial, mas com a particularidade de fornecer força de trabalho posta em movimento por toda América Latina e Caribe e que enriqueceu as regiões centrais desde a acumulação originária do capital. O colonialismo africano, portanto, no contexto do capitalismo mundial, é historicamente fornecedor de força de trabalho e a América Latina tradicional receptora dela, embora não necessariamente beneficiária dos frutos dessa exploração.

Tendo presentes essas referências analíticas, reafirma-se que o Serviço Social é impensável sem a questão social. Sua gênese como profissão, em diferentes regiões e em tempos diversos situados na primeira metade do século XX, e no caso de Angola, avançando para a segunda quadra, se deve à uma complexa relação estabelecida entre: a) as reivindicações sociais, econômica e politicamente expostas pela classe trabalhadora a partir da segunda metade do século XIX; b) a reorganização do papel do Estado, nisto o uso dos fundos públicos no campo

¹ Uma industrialização instável no Brasil, no México e na Argentina (que mergulhou em profunda crise econômica social consolidada na recente tragédia que elegeu Javier Milei como presidente do país), com maior ou menor ênfase na agricultura modernizada (o *agrobusiness* como indústria agrícola de alta tecnologia e produtora em larga escala); as minas e as frutas chilenas; a carne Uruguaia e Argentina; o gás natural e a mineração na Bolívia; o petróleo Venezuelano; as frutas da América Central; a agricultura colombiana (café e pecuária); a pesca peruana (exportadora de óleo de peixe) e sua mineração; o Caribe essencialmente turístico. Apenas alguns exemplos entre outros países que têm transitado por caminhos próximos ainda que diversos.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

da reprodução social da força de trabalho; c) e as intervenções políticas, especialmente de cunho higienista e/ou religioso, sua modernização (*aggiornamento*), preferencialmente, mas não unicamente, de perfil neotomista. Portanto, o vínculo da profissão com a questão social e suas refrações é histórico-estrutural, seja em relação às demandas objetivas com as quais assistentes sociais trabalham cotidianamente, seja pela expansão de grandes organizações sociais, tecidas na relação público-privado que fizeram crescer e consolidar o Serviço Social como profissão requisitada pelo mercado de trabalho para participar das respostas, via de regra insuficientes, frente às mazelas decorrentes do agravamento da questão social, em diferentes conjunturas políticas.

b) Serviço Social e seu movimento na história

Analisar o Serviço Social e seu movimento na história, *segundo eixo teórico*, implica retomar a concepção de profissão assentada em Iamamoto (1982), com sua análise inaugural e seminal sobre o caráter histórico e contraditório do trabalho profissional no processo de reprodução das relações sociais e, assim, ultrapassar a análise endógena do Serviço Social, como fazem as perspectivas positivistas, impregnando de história o Serviço Social “na sua processualidade – *no seu vir a ser* [...], que conclama uma perspectiva de totalidade na leitura dos processos histórico-sociais” (Iamamoto e Yazbek, 2019, p. 14, grifo das autoras). Permite apreender, assim, as implicações políticas do trabalho profissional que se desenvolve no contexto de relações entre classes e suas múltiplas formas de exploração-dominância-opressão capitalista, com seus marcadores entrelaçados de classe, gênero, raça, etnia, sexualidades, geração. Neste modo de interpretar a profissão na sociedade de classes, o Serviço Social situa-se como parte integrante da divisão social e técnica do trabalho, cabendo destacar que foi intenso o impacto dessa contribuição para a ruptura da profissão com o legado conservador de sua origem.

Nesse âmbito, a reprodução das relações sociais é entendida como a reprodução da totalidade da vida social, o que engloba não apenas a reprodução da vida material e do modo de produção, mas também a reprodução espiritual da sociedade e das formas de consciência social através das quais o ser social se posiciona na vida social.

Assistentes Sociais participam dessa dinâmica societária como gestores/as e operadores/as de políticas sociais, que se tem constituído historicamente numa das mediações fundamentais para o exercício profissional, envolvidas/os diretamente com a sua construção cotidiana na reprodução da vida da classe trabalhadora, notadamente seus grupos mais subalternizados, considerando limites e possibilidades.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Nesse âmbito é necessário enfatizar a centralidade que assumem os processos de reprodução da força de trabalho (biológica, geracional, cotidiana), essa mercadoria especial para a reprodução do próprio modo de produção capitalista (Vogel, 2022), em suas múltiplas determinações racializadas e generificadas (Arruzza; Bhattacharya; Fraser, 2019).

Analisar o Serviço Social nesta perspectiva permite apreender as implicações ideopolíticas do exercício profissional que se desenvolve no contexto de relações entre classes e suas formas de exploração-dominação-opressão capitalista, com seus marcadores entrelaçados de classe, gênero, raça, etnia, sexualidades, geração na divisão sociotécnica, sexual e étnico-racial do trabalho.

Um dos desafios teóricos que se apresentam é avançar no desvendamento da profissão enquanto trabalho abstrato, indo além da dimensão útil, concreta do trabalho profissional em sua permanente reelaboração, na qual o mesmo movimento que cria as condições para a reprodução da sociedade de classes, cria e recria os conflitos resultantes dessa relação e as possibilidades de sua superação. Enfrentar e explicitar essa contradição constitutiva do trabalho do/a assistente social é condição para seu desvelamento crítico.

c) Polêmicas teóricas em torno do anticapitalismo

O *terceiro eixo teórico* que sustenta as bases analíticas de apreensão do objeto da presente investigação remete ao debate sobre o anticapitalismo e suas polêmicas. A(s) perspectiva(s) anticapitalista(s) têm se colocado na profissão de Serviço Social permeando referências teóricas, éticas e políticas e alimentado práticas que ensejam outra sociabilidade para além do capital. que não a instituída pela sociedade burguesa. O termo em si, polissêmico e cada vez mais presente no discurso e nas práticas sociais, é encontrado em referências teóricas e, principalmente, em pautas de lutas de coletivos e movimentos sociais aos quais assistentes sociais se vinculam organicamente.

A concepção carrega um sentido que, à primeira vista, pode parecer autoexplicativo, ou seja, anticapitalismo vinculado às perspectivas que se colocam contrárias ao capitalismo. Em sendo assim, é preciso indagar: até que ponto, críticas à sociabilidade burguesa e movimentos e lutas sociais que se posicionam contrários à lógica da acumulação capitalista podem ser consideradas anticapitalistas? Estas questões não são simples e exigem aprofundamentos teóricos.

Alguns/as autores/as têm se debruçado na reflexão sobre os significados teóricos e ideopolíticos do anticapitalismo, a exemplo de Löwy e Sayre (1995), Löwy (2023), Wood (2003 e



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

2011), Harvey (2016), Wright (2019), Arruzza (2015) e Mellatti (2022), e seus estudos instigantes contribuem com o aprofundamento de concepções teóricas que sustentam nossas análises (que não é possível desenvolver nesse momento), e que se encontram no campo das polêmicas que envolvem o tema.

Essa rica e controversa literatura sobre o anticapitalismo, afora sua diferencialidade intrínseca, aponta para duas grandes tendências na crítica à modernidade capitalista: uma nitidamente regressiva e reacionária que, ao se insurgir contra a sociedade capitalista, prega uma volta nostálgica e idealista às antigas formas comunitárias da vida social. E outra que, recusando qualquer perspectiva restauradora pré-moderna, e realizando a crítica radical ao sistema econômico baseado no valor de troca, lucro e mercado, corresponde a um ‘salto qualitativo’ no desenvolvimento histórico das sociedades, no advento de uma nova ordem sem precedentes e contrastando de maneira categórica com tudo o que o tinha precedido (Lowy; Sayre, 1995). Nesses termos, com apoio em Mellatti (2022), o anticapitalismo se configura como uma visão social de mundo que pode se limitar a um conjunto de ideias que expressem, individualmente, revolta e indignação frente às desigualdades e injustiças sociais. Ou poderá compor processos de formação de consciência social crítica e uma práxis política orientadas por valores, princípios e ideias autenticamente comprometidas com a classe trabalhadora, que se contraponham à ordem burguesa e, numa perspectiva processual e histórica, contribuam para ações de emancipação política, na direção da emancipação humana.

São múltiplas as polêmicas acerca do anticapitalismo, evidências que demonstram tratar se de tema em voga na realidade social, pela presença das lutas e movimentos anticapitalistas que contribuem para o acirramento das contradições intrínsecas à ordem do capital e, portanto, para o desvelamento das desigualdades que fundam a sociedade burguesa. Nesse contexto, as experiências dos denominados governos “progressistas” e “nacionalistas” respectivamente na América Latina e África, como críticos, em alguma medida, à sociabilidade do capital, ingressam em nosso foco de análise.

3 PROGRESSISMO E NACIONALISMO NO BRASIL E EM ANGOLA: expressões do anticapitalismo?

As polêmicas teóricas não podem ser transpostas para as realidades latino-americanas e africana sem as devidas mediações reflexivas, pois se incorrerá no erro da mistificação de um ‘capitalismo universal’, a-político e a-histórico que sustenta visões múltiplas e até antagonicas no



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

debate do (anti) capitalismo.

Nesse sentido, elegemos como uma das mediações reflexivas, o denominado *progressismo na América Latina* e suas possíveis (des) conexões com visões, práticas e lutas anticapitalistas voltadas para reverter as refrações da questão social. (Des) conexões que sugerem a importância de se considerar também a África e o *nacionalismo africano*, nas afirmações dos processos de independência dos países do continente e suas lutas contra o imperialismo na sua forma colonial, concebidas como uma primeira etapa da revolução política para a construção da unidade africana. Nas palavras de Nkrumah (1965, p. 283, *apud* Scherer, 2016, p. 157),

Nosso continente nos oferece em extensão a segunda superfície de terras do mundo. Se estima que as riquezas naturais da África, são maiores que as de qualquer outro continente do mundo. Para tirar o máximo de proveito de nossos meios existentes e potenciais, para alcançar a abundância e o bem social, necessitamos unificar nossos esforços, nossas técnicas e nossas intenções.

São referências a governos que, por um período na história, foram capazes de potencializar as forças políticas e vislumbraram possibilidades de transformações radicais nas relações sociais existentes. Se, na América Latina, em vários países, os governos progressistas conquistaram espaços na agenda política ao final dos anos 1990, e vivenciaram uma guinada generalizada à esquerda capitaneada pelos movimentos populares (Castelo, 2010), em África, esse processo político se iniciou bem antes, nos anos 1950 se estendendo até a década de 1990.

No caso da América Latina, emergiram forças políticas e sociais, frentes populares democráticas e movimentos sociais anticapitalistas, na defesa de um projeto progressista de nação, que inclui a cooperação regional e a integração da América Latina com outras regiões periféricas, fundado em alianças populares e democráticas capazes de pressionar o capital a ajustar-se às suas exigências.

É a partir desse contexto que, entre a primeira década do século XXI e início da segunda, abre-se uma janela histórica para uma guinada à esquerda com o triunfo de vários governos da América Latina e Caribe levados ao poder por forças políticas identificadas com posições progressistas, com maior autonomia e diálogo com países de outras regiões periféricas. Foi possível eleger Hugo Chaves na Venezuela, Manuel Zelaya em Honduras, Rafael Correa no Equador, Evo Morales na Bolívia, Fernando Lugo no Paraguai e, ainda, Michelle Bachelet no Chile, Tabaré Vasquez e José Mujica no Uruguai e Lula no Brasil (Mogilka, 2019).

No âmbito da realidade africana, apesar da influência maciça das superpotências, numerosos países independentes esforçaram-se por fugir a essa situação e procuraram orientar



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

se por um não-alinhamento (Hobsbawm, 1996). A Conferência de BANDUNG é o paradigma típico desse posicionamento de não alinhamento, como os encontros seguintes também o são. No caso de Angola, os movimentos independentistas não conseguiram escapar desta influência. O Movimento Popular de Libertação de Angola – Partido do Trabalho (MPLA-PT), movimento que proclamou em 1975 a independência reconhecida, aliou-se à URSS. A Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), por sua vez, uniu-se à França e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) aproximou-se da China e, mais tarde, dos EUA. Assim, embora em África e em Angola – em particular – a luta anticolonial e anti-imperialista também fosse uma luta nacionalista, ambas não podem ser confundidas ou reduzidas uma a outra. Da mesma forma, o nacionalismo presente nas lutas anticoloniais e anti-imperialistas não está em contradição com o internacionalismo. Como demonstra Anderson (2019), as colônias portuguesas, sobretudo Angola e Moçambique, foram os exemplos mais profundos e significativos do socialismo democrático e popular. Os anos de luta armada pela independência (1960 e 1975) em plena guerra-fria e de não alinhamento, deu-lhes tempo de reflexão para que adotassem as posições socialistas e se aproximassem do mundo socialista que os apoiavam, particularmente China, URSS e Cuba. Ora, isso impõe traços específicos ao capitalismo dependente na África e à questão social e suas refrações.

A dependência é um complexo social amplamente diverso que articula dominação econômica e submissão ideológica e cultural, consolidada e sistematicamente reorganizada ao longo do século XX. Precisa ser explicada, ainda, considerando suas particularidades e a partir de suas determinações contemporâneas. Isso impõe a necessidade de uma abordagem histórico crítica que valoriza a formação social latino-americana e africana (na sua amplíssima conectividade e diversidade), a sua reorganização na fase monopolista-imperialista a partir do final do século XIX, ao mesmo tempo que resgata as determinações atuais: financeirização generalizada, intensa flexibilização laboral, desregulamentação/terceirização/precarização do trabalho, reificação objetiva e subjetiva da vida, corte de direitos, digitalização e intensa captura dos estados e dos fundos públicos (Antunes, 2018, p. 92-93).

Assim, em meados da terceira década do século XXI, os impulsos históricos de transformações radicais nas relações sociais tiveram seu ciclo potencialmente revolucionário esgotado (Osorio, 2016), diante da dinâmica expansiva e contraditória do neoliberalismo para a garantia da propriedade privada e de rendas a serem capitalizadas.

A partir desse cenário, consideramos que os governos progressistas da América Latina, assim como os governos nacionalistas em África, aqui denominados também governos populares,



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

tendo em vista suas diversidades, principalmente nas formas como legitimaram políticas públicas destinadas a consolidar o poder da classe capitalista (Harvey, 2011), ao priorizarem pautas antineoliberais, desfocaram a luta central contra o próprio capitalismo, cuja agressividade sob um novo padrão de produção e reprodução social busca acelerar processos de acumulação de capitais frente à queda tendencial das taxas médias de lucro .

As expectativas de transformação social não se viabilizaram, nem aconteceu a propalada ruptura com a hegemonia dos interesses capitalistas na região. Ao contrário, sob as bases do predomínio do capital financeiro, aprofundam-se os acordos neoliberais que afirmam a primazia do mercado, ainda que abrindo espaços para políticas de inclusão social com maior equidade social (Bringel e Muñoz, 2017). Em outras palavras, as mudanças havidas não afetaram o padrão de produção e reprodução do capital, não alteraram a propriedade privada dos meios de produção, nem houve apropriação da riqueza socialmente produzida por parte das/os trabalhadoras/es.

É preciso destacar, contudo, que a referência generalizante aos governos progressistas e nacionalistas não pretende desconhecer a heterogeneidade e diversidade que marcaram os distintos governos na América Latina, Caribe e em África. Aqui o objetivo é apenas assinalar que, guardadas as particularidades dos projetos políticos e das experiências empreendidas, algumas certamente mais radicalizadas, em termos macroestruturais, a maioria dos governos populares reafirmou as teses centrais da programática neoliberal, assim como a presença do neocolonialismo africano se tornou o principal instrumento do capitalismo, expresso na ingerência e controle externo, com o sistema econômico e político dirigido do exterior (Scherer, 2016).

Considerando a particularidade brasileira e as especificidades da sociedade angolana em suas lutas de independência, indagamos de que forma estão presentes e reatualizadas as marcas de um capitalismo tardio, dependente e subordinado, um passado/presente marcado pela superexploração da força de trabalho, nos termos de Marini (1973), e do escravismo colonial, campo fértil para as lutas anticapitalistas que se colocam contra todas as formas de opressão e violências inerentes à acumulação capitalista.

Em síntese, a partir desse conjunto de reflexões, aqui apenas sumarizado, múltiplas polêmicas se abrem para nossa análise e problematização. Enfatizando a necessidade de romper com qualquer linearidade e dicotomia em questões tão complexas, é preciso considerar o agravamento sem precedentes da questão social, com a ampliação de modos de opressão apoiados em uma intensa desumanização decorrente dos processos de colonização escravista na América Latina e África, além da insuficiência das políticas públicas para reverter os altos níveis



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

de pauperismo e a desigualdade social. Contexto que nos impele a considerar a questão social diretamente imbricada à questão racial, e suas conexões estruturantes das formações sociais dependentes nesses continentes.

Diante dos monumentais desafios para avançar rumo à radicalização democrático emancipatória e ampliação do escopo das pautas progressistas que constituam respostas concretas às necessidades de reprodução da vida e de ampliação de direitos das maiorias, a categoria de assistentes sociais tem muito a contribuir nessa caminhada, a partir de uma multiplicidade de espaços profissionais, construindo alianças com organizações e movimentos coletivos da classe trabalhadora.

4 NOTA FINAL: o pensamento crítico na encruzilhada

A profissão se reafirma ao ter a questão social, em sua complexidade, como referência indiscutível para o trabalho profissional, seu objeto de estudo e intervenção (Iamamoto, 2007), especialmente as frações mais empobrecidas da classe trabalhadora. O processo de reestruturação produtiva e as transformações atuais no mundo do trabalho reafirmam, de diferentes formas, a precarização, a intensificação do trabalho, a subcontratação, o avanço de ações polivalentes com ênfase nas pessoas jurídicas, entre outras formas de compra cada vez mais flexíveis de força de trabalho (Antunes, 2018; Raichelis, 2020), afetando os (as) trabalhadores (as), incluindo os/as assistentes sociais. Isso em um cenário de crescente digitalização do trabalho, redução de direitos, insegurança generalizada e desemprego estrutural (Mészáros, 2022); além da subsunção do trabalho profissional a novas formas de organização, controle e gerenciamento das atividades, que desencadeiam assédios, sofrimento e adoecimento decorrentes das condições e relações de trabalho. Analisar a profissão e o trabalho de assistentes sociais nesse processo de crise estrutural da acumulação capitalista, conferindo visibilidade à questão social e suas refrações, nas condições particulares da periferia do capital, é essencial para situar criticamente a profissão no tempo presente (Silva, 2013).

Sendo assim, permanecem várias indagações a serem objeto de aprofundamentos²: seria possível a existência de um *Serviço Social brasileiro (latino-americano) e angolano estruturalmente progressista e anticapitalista*? Ou, como analisamos ao longo desse texto, tratando-se de uma profissão polarizada pelos interesses contraditórios do capital e do trabalho

²Essas e outras questões estão sendo objeto da pesquisa em desenvolvimento.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

em permanente tensão, assistentes sociais, movidos (as) por um projeto ético-político emancipatório, assumem uma perspectiva anticapitalista como direção estratégica para enfatizar um dos polos dessa contradição?

Nesse sentido, como situar o projeto ético-político profissional e a ampliação dos direitos da classe trabalhadora a partir dos limites históricos alcançados pelos governos progressistas, que pretenderam (e pretendem?) combater a desigualdade sem combinar ações (necessárias) de alívio às expressões mais agudas da questão social com políticas estruturais e estruturantes que possam reverter a correlação de forças políticas em favor das majorias trabalhadoras? Ou seja, continuar reafirmando um *reformismo sem reformas estruturais* (Castelo, 2010).

Diante dos monumentais desafios para avançar rumo à radicalização democrática e ampliação do escopo das pautas progressistas que constituam respostas concretas às necessidades de reprodução da vida e de ampliação de direitos das majorias, a categoria de assistentes sociais tem muito a contribuir nessa caminhada, a partir de uma multiplicidade de espaços profissionais, construindo alianças com organizações e movimentos coletivos da classe trabalhadora.

Nesse âmbito se inscrevem a dialética resistência-emancipação (Silva, 2013) e as lutas anticapitalistas. É a partir dessa perspectiva que se pode estabelecer uma estratégia profissional e política que viabilize o (a) assistente social colocar-se no horizonte dos interesses da heterogênea classe trabalhadora, tendo como norte as lutas anticapitalistas na direção de uma sociabilidade para além do capital.

5 REFERÊNCIAS

ANDERSON, B. Kelvin. **Marx nas Margens: Nacionalismo, Etnia e Sociedades Não Ocidentais**. Boitempo Editorial, São Paulo, 2019.

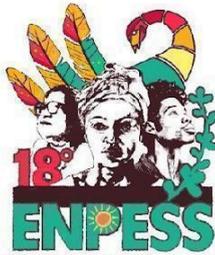
ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**. São Paulo: Boitempo, 2018.

ARRUZZA, Cinzia. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre o patriarcado e/ou capitalismo. Tradução de Camila Massaro Góes. In **Revista Outubro**, n. 23, p. 33-58, 1º Semestre de 2015.

ARRUZZA, Cinzia & BHATTACHARYA, Tithi & FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%: um manifesto**. São Paulo, Boitempo, 2019.

BRINGEL, Breno; MUÑOZ, Enara Echart. Imaginarios sobre el desarrollo en América Latina: entre la emancipación y la adaptación al capitalismo. **Revista Española de Desarrollo y Cooperación**. Instituto Universitario de Desarrollo y Cooperación, 2017

CASTELO, Rodrigo (org.) **Encruzilhadas da América Latina no Século XXI**. Rio de Janeiro: Pão



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

e Rosas, 2010

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. São Paulo: Global, 2009

HARVEY, David. **17 Contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016.

HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. Tradução João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011

HOBSBAWM, Eric J. **A era dos extremos**. Lisboa, Editorial Presença, 1996.

HOBSBAWM, Eric J. **A era dos impérios**. 3ª. edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

IAMAMOTO, Marilda Villela; SANTOS, Claudia Mônica dos (org.). **A História pelo avesso — a reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais**. São Paulo: Cortez, 2021.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche — capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2007.

LENIN, V. I. **O imperialismo: fase superior do capitalismo**. 4. ed., São Paulo: Centauro, 2008.

LÖWY, M.; SAYRE, R. **Revolta e Melancolia: o romantismo na contracorrente da modernidade**. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

LÖWY, M. Marx e Engels: comunistas românticos. In: **Marx esse desconhecido**. São Paulo: Boitempo, 2023.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. 1973. Disponível em:
<https://www.marxists.org/portugues/marini/1973/mes/dialetica.htm>.

MARX, Karl. A lei geral da acumulação capitalista. **O Capital – Livro I**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. Glosas críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social”. De um prussiano. **Lutas de classe na Alemanha**. São Paulo: Boitempo, 25-52, 2010.

MARX, Karl. O método da economia política. In: FERNANDES, Florestan (org.). **Marx e Engels: história**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1989.

MARX, Karl. **Para a questão judaica**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

15

MELATTI, Kelly R. **Anticapitalismo e Serviço Social**. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2022.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2022.

MOGILKA, Mauricio. Governos progressistas na América Latina e seus impasses em contexto neoliberal. **Revista Eletrônica de Humanidades**, Curso Ciências Sociais. Macapá: Universidade Federal do Amapá v. 12, no. 2, 2019



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo, Ed. Cortez, 1991.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista. O Ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2020

OSORIO, Jaime. Razones Estructurales del auge y declive de los gobiernos populares. In CARRILLO NIETO, Juan Jose (et all) (coord.) **Los gobiernos progresistas latinoamericanos: contradicciones, avances y retrocesos**. Ciudad de México. Editorial Itaca, 2016

RAICHELIS, Raquel. Atribuições e competências profissionais à luz da “nova” morfologia do trabalho in: **CFESS: Atribuições Privativas do/a assistente social em questão**. Brasília, DF: CFESS, 2020.

SCHERER, Mathias Inacio. Kwame Nkrumah, o neocolonialismo e o panafricanismo in MACEDO, José Rivair (org) **O pensamento africano no século XX**. São Paulo: Outras Expressões, 2016

SILVA, José Fernando Siqueira da. **Serviço Social**: resistência e emancipação? São Paulo: Cortez, 2013.

VOGEL, Lise. **Marxismo e a opressão às mulheres, rumo a uma teoria unitária**. São Paulo: Popular, 2022.

WOOD, E. M. **O que é (anti)capitalismo?** Revista Crítica Marxista. Campinas, n. 17, 2003.

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra Capitalismo**: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2011.

WRIGHT, E.O. **Como ser anticapitalista no século XXI?** São Paulo: Boitempo, 2019.

YAZBEK, Maria Carmelita; IAMAMOTO, Marilda Villela (org.). **Serviço Social na História**: América Latina, África e Europa. São Paulo: Cortez, 2019.